



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

MODOS DE FAZER A VIDA: CAMINHOS DE MULHERES ESTRANGEIRAS NA CIDADE DE SÃO PAULO (BRASIL) – NOTAS SOBRE O PERCURSO DA PESQUISA

Ana Cecília A. M. Weintraub
Maria da Penha Costa Vasconcellos
Faculdade de Saúde Pública
Universidade de São Paulo
ana.cecila.moraes@usp.br
mpvascon@usp.br

Introdução:

Esta apresentação decorre do Projeto de Mestrado “*Itinerários percorridos por mulheres migrantes estrangeiras na cidade de São Paulo: modos de fazer a vida na cidade*” na Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, Brasil. Trata-se de uma investigação, em andamento, que tem por objetivo compreender como mulheres estrangeiras constroem no espaço da cidade formas de convívio e negociações, conseguem acolhimento e respostas às suas necessidades e investem no pertencimento de redes sociais de apoio configurando novas formas de levar suas vidas.

Iniciando-se a partir da preocupação com os itinerários na cidade de refugiados - aqueles que, por meio de tratados internacionais, pedem abrigo em outros países por “fundado temor de perseguição” (BOUCHET-SAULNIER, 2000, p. 338) – foi em contato com as instituições de acolhida e abrigo que percebeu-se que a lógica jurídica do pedido de refúgio não correspondia à lógica da assistência e dos caminhos na cidade. Uma das razões para isso é que as duas principais instituições de abrigo à estrangeiros na cidade de São Paulo eram exatamente isso, abrigos para estrangeiros, e não apenas, ou praticamente nunca, abrigos para refugiados reconhecidos pelo Comitê Nacional para Refugiados em Brasília. Nestas instituições havia pessoas estrangeiras em busca de trabalho, pessoas em busca de refúgio e pessoas egressas do sistema prisional. Era portanto outra lógica de relações que estava presente. Além disso, percebeu-se que as diferentes “categorias de migrantes estrangeiros” percorriam itinerários muito parecidos na cidade, seja em busca de assistência à saúde, assistência jurídica ou divertimento: a própria “categorização” era invocada apenas em certos momentos, havendo inclusive a



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

“troca” de categorias, como nos casos onde solicitantes de asilo cometiam delitos e/ou onde egressos do sistema prisional viam-se em uma situação de precariedade social e até mesmo de risco maior do que a de outros solicitantes de refúgio.

Por estes motivos, optou-se por buscar compreender os modos de vida de mulheres migrantes estrangeiras, expoentes dos três principais “grupos” de imigração que foram observados: as solicitantes de refúgio, as egressas do sistema prisional brasileiro e as em busca de trabalho. As mulheres foram escolhidas não só por contarem com um abrigo exclusivo para elas e seus filhos na cidade, mas também pela recorrente referência à sua fragilidade e especificidade nos percursos migratórios internacionais (AGIER, 2006).

Esta pesquisa baseia-se também no olhar antropológico sobre as questões da violência, da mobilidade e da saúde. A questão da violência, seu impacto na saúde e o sofrimento, social, gerado, parte de um outro foco para explicitar a difícil relação entre a dor inflingida pelo contexto sócio-econômico-político, a dor vivida pelo sujeito, onde este contexto se materializa, e a possibilidade de apreensão desta experiência pelo antropólogo ou pesquisador (FASSIN, 2004, SANTINHO, 2009). O sofrimento, nesta análise, fala para além de si: ele fala da violência que o origina, e o seu próprio léxico se vê posto em questão, dada a magnitude do que se pretende compreender. Para a antropologia, o tema da mobilidade contemporânea, seja por razões de refúgio, econômicas ou outras, é um tema do mundo contemporâneo, que envolve também uma reflexão sobre a própria ciência e método antropológicos, já que a análise dos sujeitos não pode ser baseada apenas em seu espaço cotidiano atual, mas também nas referências e partes de outros territórios pelos quais ele circula ou circulou (AUGÉ, 2007).

Foi com base nestas reflexões e neste percurso que esta pesquisa então se desenhou.

Método:

A partir de contato inicial realizado em uma instituição religiosa que recebe mulheres estrangeiras, na cidade de São Paulo, selecionou-se cinco mulheres estrangeiras: três solicitantes de refugio, uma imigrante e uma egressa de sistema prisional propondo-se a



pesquisadora a acompanhá-las, em diferentes períodos e situações, suas atividades cotidianas. A proposta aceita e firmada pelas cinco protagonistas deste trabalho possibilitou a realização de uma etnografia e observação participante em profundidade de seus itinerários.

Para esta pesquisa, de inspiração antropológica mesmo que não realizado por uma antropóloga, usou-se a compreensão de “etnografia” como proposta por, entre outros, Sueli Deslandes: como a abordagem que envolve o estudo de pequenos grupos, procurando interpretar como é a vida na perspectiva deste grupo. A proposta é construir uma “(...) versão de versões, uma interpretação de interpretações”(GEERTZ, 1989, apud DESLANDES, 2002, p. 37).

Partindo também da proposta de MAGNANI, onde

“a simples estratégia de acompanhar um desses ‘indivíduos’ em seus trajetos habituais revelaria um mapa de deslocamentos pontuado por contatos significativos, em contextos tão variados como o do trabalho, do lazer, das práticas religiosas, associativas, etc..” (MAGNANI, 2002, p. 17)

esta pesquisa buscou acompanhar e compreender quais são os modos de fazer a vida destas mulheres em São Paulo, por meio de relatos e de visitas com elas aos locais que lhes eram necessários ou importantes. Isso significou acompanhá-las às vezes durante um dia inteiro, às vezes por algumas horas, às vezes aos sábados e domingos, às vezes com outras pessoas: os locais necessários e importantes visitados foram desde casas (delas e de amigos), igrejas, postos de saúde, até cirurgiões plásticos, fórum criminal, penitenciária, centro cultural, shopping, parques e consulado.

Do mesmo modo que OLIVEIRA (1999), esta pesquisa não procurou obter nenhum viés quantitativo ou generalizante, muito ao contrário: buscou aprofundar-se em histórias e ações de vida de poucas protagonistas, mas que, assim nos pareceram, poderiam dar luz à uma questão cada vez mais em voga no Brasil e no mundo. De acordo com o autor, pesquisar é também



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

“(...) saber esperar, ter paciência, evitar os limites da inconsciência, aprender a conviver com o tempo dos entrevistados, alimentar as conversas conforme a receptividade, manter pontualmente os compromissos e procurar não solicitar dos sujeitos o que eles não tem [ainda] como algo já elaborado, no registro de suas consciências” (OLIVEIRA, 1999, p. 59)

Os contatos com as entrevistadas foram feitos sempre com o consentimento delas, que participaram inclusive da escolha de seus nomes para a pesquisa e de algumas modificações de seus dados biográficos, com vistas a permitir a confidencialidade e o sigilo sobre suas histórias. Em algumas situações, as conversas eram feitas em outros idiomas (inglês, francês e espanhol), fato que servia inclusive de dado de aproximação inicial com as mulheres. Os encontros eram marcados de um dia para o outro, ou de uma semana para a outra, pessoalmente ou pelo celular (instrumento aliás bastante utilizado por elas). Com vistas a não atrapalhar ou “esfriar” os relatos, optou-se por não tomar nota na frente delas ou durante os encontros do que era dito: isto foi feito em seguida, constituindo-se um “diário de campo” que tornou-se instrumento para as análises realizadas a seguir. Pretendeu-se, seguindo com OLIVEIRA (1999), ter em mente que estas pessoas “(...) são portadoras de um saber não codificado, tecido nos fios da experiência vivida e, por isso, múltiplo e infinito. Não são lições de casa: são lições de vida” (p. 266).

Ressaltamos também o espírito metodológico como proposto por FERREIRA (2004) em seu relato de uma pesquisa em uma organização humanitária internacional que prestava assistência em saúde para imigrantes na França:

“La construction du regard anthropologique est une démarche commune à tout anthropologue, pour qui le travail d’observation dépend d’un apprentissage du regard qui se tourne vers la réalité pour la transformer en données. (...) Mes descriptions ne sont pas des transcriptions d’enregistrement (ce qui me semblait inadéquat en la circonstance) mais les résultats de mes observations. Elles sont en effet la résultante d’une sélection des situations les plus significatives qui se sont présentés» (FERREIRA, 2004, p. 66,67)¹

¹ Tradução livre das autoras: A construção do olhar antropológico é um passo comum a todos os antropólogos, pois seu trabalho de observação depende de uma aprendizagem do olhar que se volta para a realidade para transformá-la em dados. (...) Minhas descrições não são transcrições diretas de meus



Conclusões parciais:

Os itinerários percorridos e acompanhados pela pesquisa mostram diversas formas de construção de sociabilidade e de novas estratégias na vida delas. Por exemplo, foi percebido que o modo como se apresentam (se estrangeira, se refugiada, se imigrante) variou, como era de se esperar, dependendo das circunstâncias e das pessoas envolvidas.

Percebeu-se também que sua condição de mulher (e ainda mais com filhos) lhes propiciava muitas vezes um “ganho” de assistência em relação a outras pessoas nas mesmas condições, e que este fato era mais nítido para elas do que para as próprias instituições de assistência. Notou-se que a avaliação do modo de funcionamento das principais instituições às quais elas recorriam para apoio (organização responsável pelo processo jurídico e repasse de recursos para refugiados; abrigos; ambulatórios de saúde; medicina privada; empregadores; assistência do sistema prisional para egressos e liberdade condicional ou a própria pesquisadora) e que fazem parte de seus cotidianos, muitas vezes apresentam compreensão menos acurada da situação na qual elas se encontram do que as próprias mulheres; por mais que isto pareça simples, não o é, pois ao proporem a prestação de assistência para pessoas estrangeiras estas instituições muitas vezes aparentaram não compreender, na opinião e nos atos das entrevistadas, de fato quem são as pessoas que elas estão buscando apoiar.

Neste contexto, o tema de “mentira”, da “desonestidade”, foi bastante referido pelas instituições e pelas próprias mulheres: a “desconfiança” estava em toda parte, assim como as situações onde “quebrou-se a cara”: para a migrante boliviana, sua chegada na casa-abrigo veio porque seu antigo patrão lhe “enganou”; para a síria, sua melhor amiga dos tempos de cadeia, que vinha do mesmo país, roubou-lhe o cartão do banco, suas roupas, sua máquina fotográfica, assim que ela foi solta da prisão; para a ugandense, seus vizinhos de cortiço entraram em sua casa e roubaram-lhe o dinheiro que estava economizando; para a angolana, o proprietário da primeira casa que alugou prometeu-

registros (o que me parece inadequado dadas as circunstâncias) mas o resultado de minhas observações. Elas são, de fato, o resultado de uma seleção das situações mais significativas que me foram apresentadas.



lhe uma coisa e ofereceu-lhe outra, pior e mais cara. Já as instituições, principalmente a casa-abrigo de mulheres, queixavam-se de “não poderem confiar” nas mulheres, pois estas “roubam o sabonete, o papel higiênico, são sujas, enganam-se umas às outras” etc, sem falar na principal desconfiança, aquela que inclusive transformou o percurso deste trabalho: quem são mesmo estas mulheres? Seriam elas imigrantes? Ou criminosas? Ou refugiadas de verdade? As histórias que contam, são verdadeiras ou são invenções para se conseguir mais dinheiro, mais assistência?

Outro ponto importante dos itinerários percorridos e observados foi que a circulação se restringe bastante aos mesmos locais e ao centro da cidade, onde estão as principais instituições de apoio. Percebe-se também, sem dúvida, que o conceito de “mobilidade” e de “migração” toma uma forma concreta: seja pela falta de recursos (o principal), seja pela falta de conhecimento da rede de transportes e do sistema de pagamento dos ônibus, trens e metrô em São Paulo, elas transitam na cidade a pé. Neste ponto, pode-se retomar a proposta, freqüente em trabalhos nacionais e internacionais, a respeito dos “traumas de guerra” ou dos próprios “eventos traumáticos”, notando que, para estas mulheres, “transportadoras” de histórias de vida difíceis e nuançadas pela violência, a construção da vida na cidade se dá pela via da ação, e não da representação traumática. Queremos dizer que suas ações na dinâmica cotidiana, em suas negociações institucionais e relacionais, decisões por vezes “incoerentes” do ponto de vista institucional, podem ser compreendidas a partir de suas experiências de sofrimento. Conforme KNOBLOCH (1998) a dor se mostra como presença, sua afirmação é uma questão não-representável simplesmente em linguagem.

Como exemplo, apresentamos uma passagem registrada de uma das protagonistas, de nacionalidade angolana, mãe de três crianças, que sai da instituição que lhe abrigava para alugar um quarto nas imediações, no bairro do Paraíso. O imóvel estava em condições sanitárias muito ruins (ainda em obras) e, além disso, o dono resolve aumentar o valor do aluguel em uma quantia que ela não poderia pagar (500 reais). Nesse momento depara-se com as seguintes opções: sair da casa e ir para onde? Ir para a rua com três crianças? Pagar o aluguel mais caro? Voltar para a instituição de assistência que a acolhia?



De todas as opções, ela escolheu a que talvez lhe fosse a mais difícil: procurar ininterruptamente um novo local até que uma colega de sua igreja indicou-lhe um apartamento em um conjunto habitacional, na periferia da cidade. Parece que esta decisão pode ser interpretada como uma recusa em retornar à instituição de abrigo, percebida como insatisfatória e como portadora de um saber sobre as mulheres – de vitimização, pena e falta de autonomia – que ela não queria mais suportar, mesmo sendo o ponto mais “lógico” de apoio social naquele momento. Nesta história, parece que o sofrimento de ver-se sem alternativa (mais uma vez, diríamos) reforçou a busca mais profunda por uma outra solução que não fosse experimentar novamente o desamparo já vivido na chegada ao Brasil – de ter que estar em um local onde não se pode escolher o que comer, a que horas sair e chegar, quem conversar.

Outro exemplo interessante foi o de outra solicitante de refúgio africana, desta vez de Uganda, que encontrou na cidade de São Paulo uma empresa chinesa de medicamentos da qual ela já era cliente em Kampala. Por mais caro que fossem os medicamentos para o orçamento dela (por volta de R\$100 – ela ganhava cerca de R\$600 como faxineira, pagando um aluguel de R\$350), quando sentiu-se doente, com papilções cardíacas, inchaço nas pernas e dores fortes, optou por buscar ajuda nesta instituição privada, ao invés de procurar o posto de saúde do Sistema Único de Saúde a 10 minutos a pé de sua casa. Para ela, esta empresa era “a única” que poderia de fato ajudá-la. Podemos perguntar também se não seria “a única” onde ela sentisse que havia uma relação de referência e conforto, por lembrar-lhe de seu país natal, e também se não seria um dos poucos locais na cidade onde sentia-se mais cidadã e mais detentora de suas próprias escolhas do que em outras relações de assistência. Nesta linha, acrescenta-se que esta mulher também foi uma das que não pôde compactuar com o fato de ser percebida como uma “potencial criminosa” (pois habitava junto com mulheres egressas): depois de muitos encontros, ela contou que seu marido, assassinado em Uganda, era membro (assim como ela...) de uma das milícias ugandenses mais conhecidas, a LRA (Lord Resistance’s Army) – para ela, lutando por valores importantes, para outros, criminosos...



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Por fim, pode-se dizer então que os modos de fazer a vida na cidade eram repletos de invenções e de compreensões muitas vezes mais acuradas do que as daqueles que as viam como “vítimas” ou “marginais”; eram também recheados de uma dose do que só podemos chamar de “sorte”, complementada sem dúvida por uma boa capacidade de relacionamento de algumas delas.

Considerações finais:

A situação de vitimização e infantilização dos “refugiados” e “solicitantes de asilo” é descrita com propriedade por vários autores, entre eles, HARRELL-BOND (2002), quando discorre sobre a percepção dos refugiados e salienta que, na maioria das vezes, as instituições de assistência os vêem como não mais do que crianças, como seres sobre os quais a solidariedade pode ser exercida.

Outro aspecto a ser refletido no tema das migrações femininas, ao qual este trabalho pode contribuir, é justamente a recusa destas mulheres em “ocupar o lugar” que a instituição lhes dá, por mais confortável que possa ser e em alguns casos como única alternativa de retirar-se da situação de violência e guerra em seu país de origem. Também deve-se considerar, por varias razões, que essas mulheres também lutam na perspectiva de construir para si uma nova vida autônoma na cidade e que, para isso, as instituições que querem ajudá-las só podem fazê-lo se deixarem de vê-las como vítimas, como passíveis de desconfiança, como objetos sem vontade ou desejo e, ainda mais sem capacidade de transformar seus modos de vida.

Referência Bibliográfica

1 - AGIER, M. Refugiados diante da nova ordem mundial. **Tempo Social, Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 197 – 215, 2006

2 - AUGÉ, M. **Por una antropología de la movilidad**. Barcelona: Gedisa, 2007.



- 3 - BOUCHET-SAULNIER, F. **Dictionnaire pratique du droit humanitaire**. Paris: La Découverte, 2000.
- 4 - DESLANDES, S. F. Concepções em pesquisa social: articulações com o campo da avaliação em serviços de saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 103-107, jan.-mar. 1997.
- 5 - FASSIN, Didier. Et la souffrance devint sociale: de l'anthropologie médical à une anthropologie des afflictions. **Critique: revue générale des publications françaises et étrangères**. Paris, n. 680-681, p. 16-21, 2004.
- 6 - FERREIRA, Jaqueline. **Soigner les mal-soignés: ethnologie d'un centre de soins gratuits de Médecins du Monde**. Paris: L'Harmattan, 2004.
- 7 - HARRELL-BOND, Barbara. Can humanitarian work with refugees be human? **Human Rights Quarterly**, v. 24, p. 51-85, 2002.
- 8 - KNOBLOCH, Felícia. **O tempo do traumático**. São Paulo: Educ/ FAPESP, 1998.
- 9 - MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 17, n. 49, p. 11-29, jun. 2002
- 10 - OLIVEIRA, Paulo de Salles. **Vidas compartilhadas: cultura e co-educação de gerações na vida cotidiana**. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 1999.
- 11 - SANTINHO, C. Labirintos do trauma: a verbalização do sofrimento nos refugiados em Portugal. In: PEREIRA, L. S. PUSSETTI, C. (orgs). **Os saberes da cura: antropologia da doença e práticas terapêuticas**. Lisboa: IPSA, 2009